

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1014888-83.2015.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Obrigações</b>
Requerente:	<b>Marcos Paulo Fermino</b>
Requerido:	<b>Santander Seguros S/A</b>

**MARCOS PAULO FERMINO** pediu a condenação de **SANTANDER SEGUROS S/A** ao pagamento da verba indenizatória prevista na apólice de seguro, haja vista a incapacidade funcional constatada.

Citada, a ré contestou o pedido, arguindo prescrição e relatando o pagamento da indenização na esfera administrativa.

Houve réplica.

O processo foi saneado, repelindo-se a arguição de prescrição.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevivendo manifestação das partes.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Sustenta o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 10.11.2012, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista no contrato de seguro firmado com a ré.

A apólice prevê indenização de até R\$ 250.000,00 na hipótese de invalidez permanente total ou parcial por acidente (fl. 70), sendo que o pagamento ao segurado será realizado de forma proporcional ao grau de invalidez constatado em perícia médica (fl. 80 – item 3.3.1.).

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O laudo médico-pericial concluiu que *"o autor é portador de sequela de fratura consolidada do fêmur direito, do punho esquerdo e de fratura luxação com lesão do manguito rotador no ombro esquerdo com limitação funcional local. Há dano patrimonial/funcional grave (75% de 0% a 100%) e permanente para ombro esquerdo ou em torno de 18,75% por analogia à tabela SUSEP que prevê 25% para a perda total da mobilidade de um dos ombros"* (fl. 205).

Nada nos autos infirma tal conclusão.

O percentual incapacitante produz indenização de R\$ 46.875,00. O autor foi indenizado administrativamente no valor de R\$ 35.000,00, fazendo jus, portanto, ao recebimento da diferença da verba securitária.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para o autor a importância de R\$ 11.875,00, com correção monetária desde a data do sinistro e juros moratórios à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona do autor fixados em 15% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 31 de janeiro de 2017.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**